

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

ADREPES

**ECONOMIA SOCIAL E
SOLIDÁRIA: ADREPES**



O PROJETO ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA REÚNE E DÁ A CONHECER DIVERSOS EXEMPLOS DE ECONOMIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA (ESS), PARA QUE AS PESSOAS INTERESSADAS E ENVOLVIDAS EM INICIATIVAS SOCIAIS E SOLIDÁRIAS POSSAM INTERAGIR E CONECTAR-SE, DE FORMA A PARTILHAREM CADA VEZ MAIS ESTAS AÇÕES COM OUTRAS PESSOAS. AO REUNIR E PARTILHAR ESTES EXEMPLOS, PRETENDE-SE OBTER NOVAS IDEIAS E PRÁTICAS, DE FORMA A REFORÇAR A ESS. ASPIRAMOS A POTENCIAR A REFLEXÃO E DISCUSSÃO, POR FORMA A DESCOBRIR E PARTICIPAR EM FUTURAS OPORTUNIDADES E POSSIBILIDADES DE ESS. AO MESMO TEMPO – ASSIM COMO OUTRAS INICIATIVAS DE ESS – ESTAMOS A CONSTRUIR LAÇOS COM DECISORES POLÍTICOS, COM O OBJETIVO DE OBTER O SEU APOIO EM FORMAS ALTERNATIVAS DE AGIR E ATUAR.

SOMOS UMA REDE DE 26 ASSOCIAÇÕES EM 23 PAÍSES EUROPEUS, POTENCIANDO AS COMPETÊNCIAS DOS ATORES LOCAIS, COMPROMETIDOS COM A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA, APOIANDO O NOVO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO ORIENTADO PARA O COMBATE À POBREZA E NA PARTILHA DE UM MODO DE VIDA SUSTENTÁVEL E EQUITATIVO.



Este relatório foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. Os conteúdos deste relatório são da responsabilidade do projeto SSEDAS e não podem, sob quaisquer circunstâncias, ser considerado como refletindo a opinião da União Europeia.



Esta publicação foi elaborada no âmbito do projeto “Economia Social e Solidária”. O vídeo desta Boa Prática, filmado e editado por António Fonseca, encontra-se disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=zeIUnAVPs7Y>

Coordenação: Instituto Marquês de Valle Flôr

Autora: Catarina Maciel

Facilitadores: Unidade de Cidadania Global do IMVF, Riccardo Troisi (Fairwatch), Monica diSisto (Fairwatch)

Créditos das fotos: António Fonseca

Agradecimentos: MONTE – ACE

Portugal, 2016

Pode copiar, fazer download ou imprimir o conteúdo desta publicação [utilize papel reciclado ou certificado]. Pode incluir trechos desta publicação nos seus documentos, apresentações, blogs e websites desde que mencione a fonte.

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê “o” deve ler-se “a” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.

ÍNDICE

PREMISSAS	5
0.2) Contexto Económico e Social do território comparativamente com o contexto nacional ...	5
0.3) Papel das Organizações da Economia Social e Solidária no território	7
0.4) Iniciativas públicas/legislativas que influenciam a Economia Social	10
 DESCRIÇÃO DA BOA PRÁTICA DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	
1.1) Nome, Organização e/ou Rede responsável pela prática; Localização; Setor	16
1.2) Atividades propostas	16
1.3) Modelo de gestão e envolvimento de atores	19
1.4) Volume de negócios e criação de empregos/qualidade	20
1.5) Externalidades sociais e ecológicas	21
1.6) Comunicação e influência política	21
1.7) Networking, afiliações e abertura da Boa Prática às redes existentes	22
 AVALIAÇÃO DA BOA PRÁTICA	
2.1) O impacto e potencial económico e social da boa prática	24

2.2) O impacto transformador dentro e fora do território	25
2.3) Impacto da Boa Prática nas políticas	26
2.4) Sustentabilidade da Boa Prática	28
2.5) Espaço participativo aberto ao território	29
O QUE PODEMOS APRENDER COM ESTA BOA PRÁTICA?	30
HISTÓRIA INDIVIDUAL	32
INFORMAÇÃO ADICIONAL	37

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

BOAS PRÁTICAS – ADREPES

0. Premissas

0.2) Contexto Económico e Social do território comparativamente com o contexto nacional

A Boa Prática que a presente investigação pretende descrever tem o foco de intervenção na região da Península de Setúbal. Neste capítulo é apresentado um enquadramento económico e social geral da região em comparação com o território nacional. Atendendo aos dados estatísticos existentes, foram selecionados alguns indicadores relevantes que integram a atividade da ADREPES, bem como os desafios económicos e sociais que afetam o território.

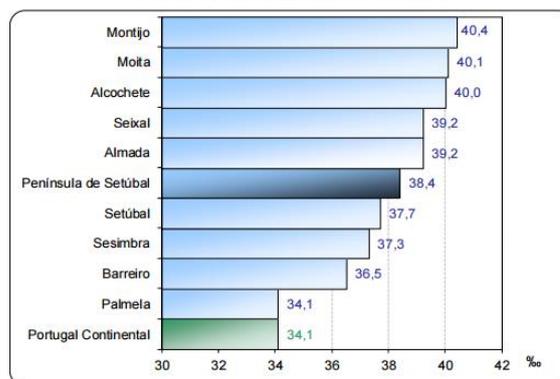
População

A subregião da Península de Setúbal (NUTs III) integra-se na Área Metropolitana de Lisboa (NUTs II)¹ e tem uma área de 1.421 km². A População Residente da Região da Península de Setúbal seria, no final de 2013, segundo estimativa do Instituto Nacional de Estatística

(INE), de 779.399 habitantes², dos quais 53% são mulheres. A população da Península é relativamente jovem, sendo que 26% da população tem menos de 24 anos e a percentagem de pessoas com mais de 65 anos é de 17,7% (inferior à taxa nacional de 19%).

A Península apresenta uma densidade populacional de 480,6, bastante superior à nacional de apenas 111,3. Tal deve-se à variação positiva do crescimento da população, especialmente em alguns concelhos da região, nomeadamente no Barreiro e no Seixal.

Taxa de Fecundidade Geral



Fonte: INE, Indicadores Demográficos, 2013.

¹ <http://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>

² INE, Estimativas 2013.

A taxa de fecundidade é também bastante superior à média nacional, como ilustra o quadro à direita³:

Mercado de Trabalho

A região regista uma taxa de atividade de 48,2% (mais elevada do que a nacional, de 47,6%), e uma taxa de desemprego de 14,7%, também mais elevada do que a nacional, de 12,7%⁴. De acordo com o Referencial de Coesão Social, a Península de Setúbal é uma das regiões do país mais afetadas pela incidência do desemprego.

Os municípios da Península de Setúbal registam taxas de desemprego superiores, com Moita (17,9%), Setúbal (15,6%) e Barreiro (15,4%).

Educação

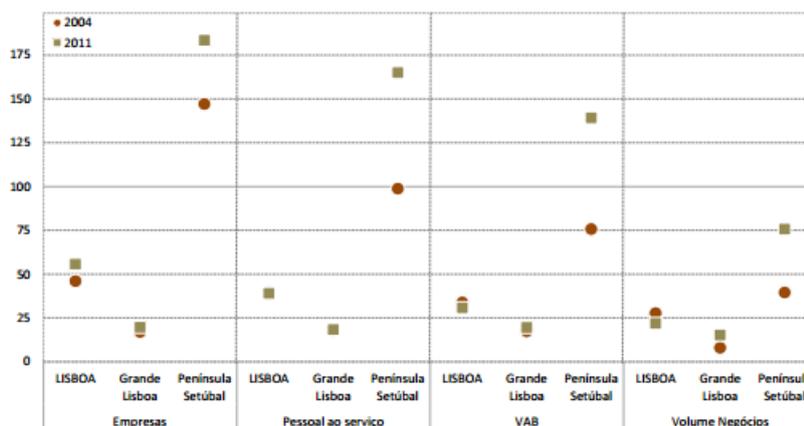
A Península de Setúbal regista uma taxa de analfabetismo bastante elevada (3,85%) face à região de Lisboa (taxa de 3%), mas abaixo da média nacional, que atinge os 5,2%. Palmela (5,8%), Montijo (5,2%) e Moita (4,4%) apresentam os valores mais elevados.

No que respeita à população com Ensino Superior, esta situa-se nos 16%, sendo ligeiramente superior à média nacional, de 14,5%.

Atividade Económica no Território

No que respeita à atividade económica específica, não foi possível a recolha de informação mais precisa, tendo em conta o enquadramento da Península na NUT da Área Metropolitana de Lisboa. No entanto, realça-se que estudos prospetivos indicam que a

Figura 23 - Aprofundamento da especialização produtiva da Região de Lisboa na economia azul: segmento prospeção e valorização de recursos marinhos (2004-2011)



Nota: Prospeção e valorização de recursos marinhos abrange as seguintes atividades (CAE Rev.3): 03: Pesca e aquicultura; 102: Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos
 Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

valorização dos recursos marinhos é uma área com potencial de crescimento, sendo que é notório o peso destas atividades (pesca, indústria de conserva de peixe na Península de

³ http://clasp.cm-palmela.pt/attachments/241_Indicadores%20Demograficos_PSCPS_mar2015.pdf

⁴ INE, Censos 2011.

Setúbal)⁵. Este cenário encontra-se ilustrado no quadro abaixo.

0.3) Papel das Organizações da Economia Social e Solidária no território

Atendendo a que, no contexto nacional, a realidade e o papel das organizações da Economia Social e Solidária é muito semelhante, será apresentada neste capítulo uma visão alargada destas organizações (enquadramento histórico, indicadores relevantes, principais forças e fraquezas, maiores desafios atuais) e, depois, uma breve caracterização das organizações que operam no Alentejo, sendo esta informação resultante, essencialmente, das entrevistas presenciais efetuadas no âmbito da presente investigação.

1. História da Economia Social em Portugal

A emergência da Economia Social no território nacional data do século XV com a criação das Misericórdias. Estas organizações fundadas pela Rainha D. Leonor, com o apoio da Igreja Católica, tinham como principal missão o serviço aos mais carenciados. Também relevante nessa altura foi o trabalho das Irmandades e Ordens Terceiras, que foram

responsáveis pela construção de hospitais, sanatórios e albergues.

Mas o maior desenvolvimento deste setor deu-se a partir do século XIX, como resposta às dificuldades assumidas pelo Estado em assegurar os serviços de bem-estar social à população. No século XIX é possível identificar quatro fases relevantes⁶.

- Emergência de atividades maioritariamente inspiradas pelas experiências revolucionárias do socialismo utópico e da Doutrina Social da Igreja. As mais relevantes organizações são as cooperativas, sociedades mútuas e associações que se assumem como solidárias, democráticas com novos modelos de governança, e cuja principal missão era dar uma resposta mais eficiente às necessidades sociais identificadas. Apesar de durante este período se ter verificado uma secularização das organizações, a Igreja continuou a assumir um papel fundamental na Economia Social;
- Durante o século XIX foi também estabelecida regulamentação sobre a Economia Social de forma a organizar este setor e identificar o papel e funções de cada tipo de entidade;

⁵ CCDRLVT, Especialização Inteligente de Lisboa, 2014-2020.

⁶ Quintão (2011), *O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar*, Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- No período após a 2.ª Guerra Mundial, durante o Estado Novo, o Estado Social tentou cobrir todos os setores e, durante os 30 anos de ditadura, a maior parte das organizações viveu sob a submissão estatal que controlava a sua atividade. Durante esse período, as cooperativas e as sociedades mútuas foram particularmente controladas por causa dos modelos de governança. A Economia Social foi essencialmente dominada pela Igreja, Centros Paroquiais e fundação da Cáritas (uma nova organização que cobria o território nacional focada na população mais vulnerável);
- Após o 25 de Abril de 1974 assistiu-se a uma nova fase da Economia Social, com a renovação da maior parte das organizações, devido, especialmente a uma nova política em Portugal, aos desafios inerentes à adesão de Portugal à União Europeia, à crise global e a um maior compromisso cívico com as organizações sociais.

As mais importantes iniciativas durante este período foram as seguintes:

- o A importância do setor foi reconhecida na [Constituição](#) (nomeadamente no artigo 80.º);
- o Durante os anos 80 foi criado o

Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (uma regi-cooperativa fundada pelo Estado e que comporta as mais importantes cooperativas). Em 2009, o Instituto foi reconvertido na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social ([CASES](#)), a primeira plataforma institucional que integra todos os atores relevantes da Economia Social e do Estado que têm intervenção regulamentar ou operacional nesta área;

- o Em 1983 foi criada a forma jurídica de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). Devido a este estatuto foi possível ao Estado estabelecer uma série de acordos/protocolos de Cooperação com vista a garantir aos cidadãos diferentes serviços sociais;
- o Nos últimos 30 anos, Portugal assistiu à renovação deste setor devido a uma série de fatores, internos e externos: com os fundos estruturais, o crescimento das organizações sociais de Portugal foi de quase 90% entre 1997 e 2007 (particularmente

relevante foi o crescimento das associações e cooperativas); alargamento das áreas de intervenção tradicionais e novas experiências e iniciativas de movimentos coletivos da Sociedade Civil; governança multi-escala; lançamento de diferentes plataformas que integram e representam diferentes áreas de atividade e organizações; número alargado de organizações que promovem intervenções a uma escala global, nomeadamente as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.

2. Números

De acordo com a [Conta Satélite da Economia Nacional](#), lançada em 2010 para aprofundar o conhecimento e contributo deste setor para a Economia Nacional, o setor da Economia Social português era composto por mais de 50.000 organizações, das quais 94% eram associações, seguidas das cooperativas, fundações e mutualidades. Este setor empregava cerca de 200.000 pessoas. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) representava 2,8% do VAB nacional,

representando 4,7% do emprego nacional e 5,5% do emprego remunerado⁷.

Tipos de Organizações	N.º de Organizações	N.º de Colaboradores	VAB
		N.º	10 ⁶ euros
Cooperativas	2 260	31 783	749,2
Mutualidades	119	4 537	329,9
Misericórdias	381	32 493	518,3
Fundações	537	10 765	361,1
Associações e outras ONG	52 086	147 357	2 304,1
Total	55 383	226 935	4 262,6
Total Economia	-	4 138 163	151 426
Peso no total da Economia	-	5,5%	2,8%

3. Região de Setúbal

A Conta Satélite da Economia Social traduz o panorama geral da Economia Social em

⁷ INE, 2013, Conta Satélite para a Economia Social, 2010

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=157543613&PUBLICACOESmodo=2

Portugal. Contudo, é mais difícil obter dados específicos da realidade regional. Tendo em consideração esta questão, no caso da região de Setúbal foi possível obter alguma informação adicional aquando das entrevistas.

De acordo com Ana Vizinho, representante da Rede Europeia Anti-Pobreza na Península de Setúbal, existe um tecido social muito rico na região, com diferentes enquadramentos concetuais de Economia Social e Solidária, bem como na abordagem aos territórios. Um ponto a destacar nesta região respeita aos processos participativos, na medida em que “existem muitas associações criadas no pós 25 de Abril, associações de pais, de amigos, de professores que têm nuances muito interessantes porque já têm na sua génese a participação das pessoas e das suas comunidades. Foram elas próprias que se organizaram e criaram o que confere ao distrito características muito engraçadas”. Além disso, os atores políticos têm assumido um papel relevante na ação destas organizações, estimulando o trabalho em parceria mas também a harmonização de alguns conceitos⁸.

Coexistem no território diferentes organizações, desde as associações de Desenvolvimento local, associações de

produtores diferenciadas (vinícolas, agricultores, pescadores), misericórdias ou Instituições Particulares de Solidariedade Social mais tradicionais.

O princípio da participação está bastante enraizado nas organizações sociais da região com a criação de várias plataformas de debate e trabalho conjunto a um nível mais regional, de que são exemplo a Plataforma Supra-Concelhia de Setúbal.

0.4) Iniciativas públicas/legislativas que influenciam a Economia Social

Existe legislação específica que influencia diretamente o setor da Economia Social e/ou algumas organizações específicas. Nestes capítulos serão apresentados os normativos mais recentes e que terão um maior impacto no futuro da Economia Social e Solidária em Portugal.

1. Lei de Bases da Economia Social

Em 2013 foi publicado o novo normativo da Economia Social em Portugal, a Lei de Bases da Economia Social⁹. Esta legislação foi unanimemente aprovada pela Assembleia da República Portuguesa em março de 2013 e,

⁸ Entrevista a Ana Vizinho, EAPN.

⁹ http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/Lei_de_Bases_da_Economia_Social.pdf.

desta forma, Portugal tornou-se no terceiro país da Europa (Espanha foi o 1.º) a ter uma regulamentação específica da Economia Social. Os principais pontos desta legislação são os seguintes:

- Reconhecimento legal da Economia Social em Portugal;
- Contribuição para a definição de Economia Social
 - o Centrando-se na atividade das organizações da Economia Social, “Economia Social são (...) conjunto de atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades referidas no artigo 4.º da presente lei” (Artigo 2.º, 1);
 - o Centrando-se na missão dessas entidades que têm como fim “prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente, quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes” (Artigo 2.º, 2);
 - o Apresentando uma lista aberta de entidade do setor (Artigo 4.º):
 - “a) As cooperativas; b) As associações mutualistas; c) As misericórdias; d) As fundações; e)

As Instituições Particulares de Solidariedade Social não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social; h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da Economia Social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da Economia Social”;

- Reconhecimento da necessidade de promoção da Economia Social pelas autoridades públicas: reconhecimento de que este princípio já se encontra na Constituição Portuguesa (princípio da proteção social e do setor cooperativo e social). Este reconhecimento tem implicações diretas em áreas como a política fiscal, competitividade e outras, atribuindo, assim, uma discriminação positiva. Esta discriminação positiva é o resultado não só da missão social destas

entidades, mas também do seu modelo de governança e operação¹⁰.

Existiu uma alargada discussão na Sociedade Civil sobre a implementação desta lei. Coexistiram alguns grupos, cuja abordagem era mais inspirada no modelo anglo-saxónico, que acreditavam que a Lei colocaria a inovação social e o empreendedorismo social no mapa. Algumas entidades tinham a expectativa de que a Lei de Bases reconhecesse a figura jurídica de um novo tipo de organização: as empresas sociais¹¹. No entanto, a nova legislação não tem qualquer referência a esta forma jurídica, apesar de ser assumido que o modelo é muito próximo das cooperativas. Apesar de não ser referenciada na Lei de Bases, as empresas sociais são referenciadas no Acordo de Parceria Portugal-Comissão Europeia, em vários capítulos relacionados com a Economia Social e criação de emprego¹².

2. Portugal Inovação Social¹³

A Iniciativa Portugal Inovação Social foi lançada pelo Governo português em 2014. O principal objetivo da Iniciativa é apoiar o Desenvolvimento, a expansão e consolidação

de iniciativas inovadoras e daquelas relacionadas com o empreendedorismo social, bem como promover a criação do mercado de investimento social em Portugal. Este programa irá introduzir alterações significativas na Economia Social e Solidária com impacto nas suas organizações.

A Iniciativa cobre três regiões: Norte, Centro e Alentejo e tem disponíveis quatro instrumentos de financiamento:

- Fundo para a Inovação Social – Financiamento das iniciativas de empreendedorismo social na fase de consolidação ou expansão e empréstimos (fundos de retalho) com garantias de acordo com as atividades. Existem algumas experiências anteriores em escala e de montantes mais reduzidos, mas com resultados relevantes. Os fundos são superiores aos anteriores com regras definidas pelo Governo mas também pela Comissão Europeia¹⁴;
- Fundos para os Títulos de Impacto Social – Um mecanismo de reembolso para financiamento de soluções inovadoras, dependente dos resultados e impacto

¹⁰ <http://www.ciriec.ulg.ac.be/wp-content/uploads/2015/08/WP14-12.pdf>

¹¹ <http://www.ver.pt/a-economia-social-e-uma-economia-de-partilha>

¹²

[https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP Portugal%202020 28julho.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP%20Portugal%202020%2028julho.pdf)

¹³ <http://inovacaosocial.portugal2020.pt/>

¹⁴ Henrique Sim-Sim, Gestor da Iniciativa Portugal Inovação Social na região do Alentejo.

atingidos bem como na redução de custos e do aumento da performance qualitativa. “Este fundo está muito conetado com as políticas públicas permitindo testar programas com elevado impacto a nível local e que poderão ter impacto no desenvolvimento de políticas públicas e financiamento local. (...) O investidor investe num determinado projeto e, se esse projeto produzir bons resultados, traduzidos em impacto social, a Iniciativa irá cobrir o investimento inicial da organização financiadora”¹⁵. Em 2015 foi implementada uma experiência piloto de títulos de impacto social focada na prevenção do abandono escolar através do ensino de código para alunos dos 3.º e 4.º anos do 1.º Ciclo de três Escolas Básicas de Lisboa¹⁶. A [Academia de Código Júnior](#) é uma iniciativa promovida pela Academia de Código e financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian que, caso o projeto alcance os resultados esperados, será reembolsada do seu investimento pela

Câmara Municipal de Lisboa¹⁷;

- Parcerias para o Impacto – Instrumento de subsídios não reembolsáveis para estimular a inovação e iniciativas de Empreendedorismo social de elevado impacto que se encontrem ainda numa fase de consolidação e crescimento. Este programa promove o *matching* entre as Organizações Não Governamentais e os potenciais financiadores, ou seja, as parceiras “têm que ter uma organização que promove a resposta social que já está testada e que já tem alguns indicadores concretos e o investidor social que se compromete que alavanca também a iniciativa”¹⁸;
- Capacitação para o investimento social – capacitação de agentes envolvidos em iniciativas de inovação e Empreendedorismo social – Um sistema de vouchers diretamente associado com a implementação de projetos concretos financiados simultaneamente por um dos três instrumentos financeiros da iniciativa. “Desta forma, o programa assegura um elevado impacto”¹⁹;

¹⁵ Henrique Sim-Sim, Gestor da Iniciativa Portugal Inovação Social na Região do Alentejo.

¹⁶ <http://investimentosocial.pt/the-lab/titulos-de-impacto-social/?lang=en>

¹⁷ <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/primeiro-titulo-de-impacto-social-no-pais>

¹⁸ Henrique Sim-Sim, Gestor da Iniciativa Portugal Inovação Social na Região do Alentejo.

¹⁹ Henrique Sim-Sim, Gestor da Iniciativa Portugal Inovação Social na Região do Alentejo.

Esta abordagem de investimento social, muito inspirado nas experiências anglo-saxónicas de Economia Social, tem vindo a ganhar cada vez mais espaço em Portugal nos últimos anos. Existem diferentes grupos de organizações que têm vindo a refletir sobre estas temáticas e a promover a capacitação de ONG portuguesas com vista a tornarem-se mais conscientes da importância desta área como potencial de garantir a sustentabilidade das organizações e projetos. Alguns exemplos de grupo são o Grupo de Impacto Portugal²⁰ ou o Grupo de Trabalho Português para o Impacto Social²¹.

3. Programas que promovem a criação de organizações da Economia Social

Atualmente existem em Portugal vários programas promovidos, quer por entidades públicas, quer privadas, que visam o desenvolvimento da ESS, a criação de novas entidades ou novas abordagens para a implementação de projetos no âmbito da inovação social.

No setor privado, a maior parte destas iniciativas é promovida por Fundações que asseguram o próprio financiamento dos programas. Alguns dos programas mais

relevantes são o [Faz de Origem Portuguesa](#), promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, o [Insead Social Entrepreneurship Program - ISEP](#) e os *Bootcamps* de Empreendedorismo Social, promovidos pelo *Instituto de Empreendedorismo Social* ou o [Concurso Realize o seu sonho](#), promovido pela Associação Acredita Portugal.

No que respeita a programas públicos que potenciam o desenvolvimento da Economia Social através da criação de novas iniciativas, particularmente promovidas por jovens, destacam-se os seguintes: CoopJovem²² (programa que visa a criação de novas cooperativas por jovens com menos de 30 anos), que comporta quer apoio técnico, quer financeiro ao arranque, facilitando o acesso a crédito) e o ES Jovem²³ (o potencial da Economia Social para a criação de emprego jovem – Campanhas de sensibilização, ações de capacitação para jovens, visitas a organizações sociais, apoio ao desenvolvimento de ideias).

A um nível mais local, a maior parte dos municípios portugueses desenvolvem programas específicos de apoio à criação de organizações (especialmente associações juvenis) ou desenvolvimento de projetos ou

²⁰ <http://www.stone-soup.net/index.php/en/news>

²¹ <http://investimentosocial.pt/notas-e-publicacoes/portuguese-social-investment-taskforces->

[final-report/?lang=en](http://investimentosocial.pt/wp-content/uploads/2015/07/Relat%C3%B3rio_GT_pt.pdf) e [http://investimentosocial.pt/wp-content/uploads/2015/07/Relat%C3%B3rio GT_pt.pdf](http://investimentosocial.pt/wp-content/uploads/2015/07/Relat%C3%B3rio_GT_pt.pdf)

²² <http://www.cases.pt/programas/coopjovem>

²³ <http://www.cases.pt/programas/esjovem>

cedência de equipamento para a realização de atividades ou sedes de organizações.

4. Políticas Públicas Locais

Em Portugal, não existe um governo ou leis regionais – além da Madeira e Açores, neste último caso com uma dinâmica muito forte ao nível da Economia Social e Solidária – com legislação específica e abordagens *bottom-up*. No entanto, ao longo dos últimos anos, os municípios têm assumido um papel cada vez mais relevante nesta área, devido a vários fatores: têm uma relação mais estreita com as organizações sociais, fruto da proximidade geográfica e são os promotores dos CLAS (Conselhos Locais de Ação Social²⁴ regulamentados pela Segurança Social), o que obriga os municípios a terem uma maior interação com as organizações, a promoverem intervenções em parceria e um olhar mais estratégico sobre os territórios.

Uma das pessoas entrevistadas para a investigação no âmbito do projeto SSEDAS foi o Presidente da Câmara de Sesimbra, Augusto Pólvora, que partilhou a sua experiência como autarca. Tendo em conta a missão dos municípios, as suas reflexões traduzem o papel que a generalidade dos municípios terá nos seus territórios:

- A área da intervenção social (em alguns casos, socio-territorial) é relativamente recente a nível municipal. “Não era uma competência relevante dos municípios. Os municípios estavam focados na gestão territorial, nos serviços públicos, e só nos últimos anos é que começaram a assumir outro tipo de funções. Primeiro relacionadas com a Educação, assumindo cada vez mais responsabilidades neste âmbito, e depois através das escolas, atendendo às necessidades sociais dos alunos, das famílias”;
- O seu papel tem vindo a ser reforçado “com a grave crise económica em Portugal, a intervenção social dos municípios teve de ser reforçada e o apoio às organizações sociais tornou-se mais próximo”;
- Através desta colaboração mais estreita, os municípios ganharam, por um lado, um maior conhecimento das reais necessidades das suas comunidades e tornaram-se também mais abertos a atuarem como um agente local que tem um papel no seu território, mas também mais abertos a novas abordagens e a influenciar os seus próprios processos

²⁴ Exemplo do CLAS de Sesimbra: <http://www.cm-sesimbra.pt/pages/794>

de decisão, envolvendo outras organizações e promovendo mudanças a nível nacional.

1. Descrição da boa prática de Economia Social e Solidária

1.1) Nome, Organização e/ou Rede responsável pela prática; Localização; Setor.

A Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES) foi fundada a 7 de novembro de 2001 por um grupo de onze entidades, públicas e privadas, representando populações e produtores locais. A ADREPES foi criada no quadro do programa [LEADER+](#), importante componente da Política de Desenvolvimento Rural da UE há mais de 20 anos.

De 2001 a 2009, a ADREPES desenvolveu a sua atividade na área do Desenvolvimento Rural na Península de Setúbal. Em 2009, a ADREPES alargou a sua intervenção para a zona costeira e área da pesca em parceria com a Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL).

Em 2013, a Assembleia Geral da ADREPES alterou a sua missão e nome. A ADREPES é

agora designada por “Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal” e, de acordo com o artigo 3 do novo Estatuto, “a ADREPES tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado da Península de Setúbal — rural, costeiro e urbano — a nível económico, social, cultural e ambiental”.

A ADREPES desenvolve a sua atividade na Península de Setúbal, abrangendo quase todos os municípios da Península e tendo a sua sede em [Palmela](#).

1.2) Atividades propostas

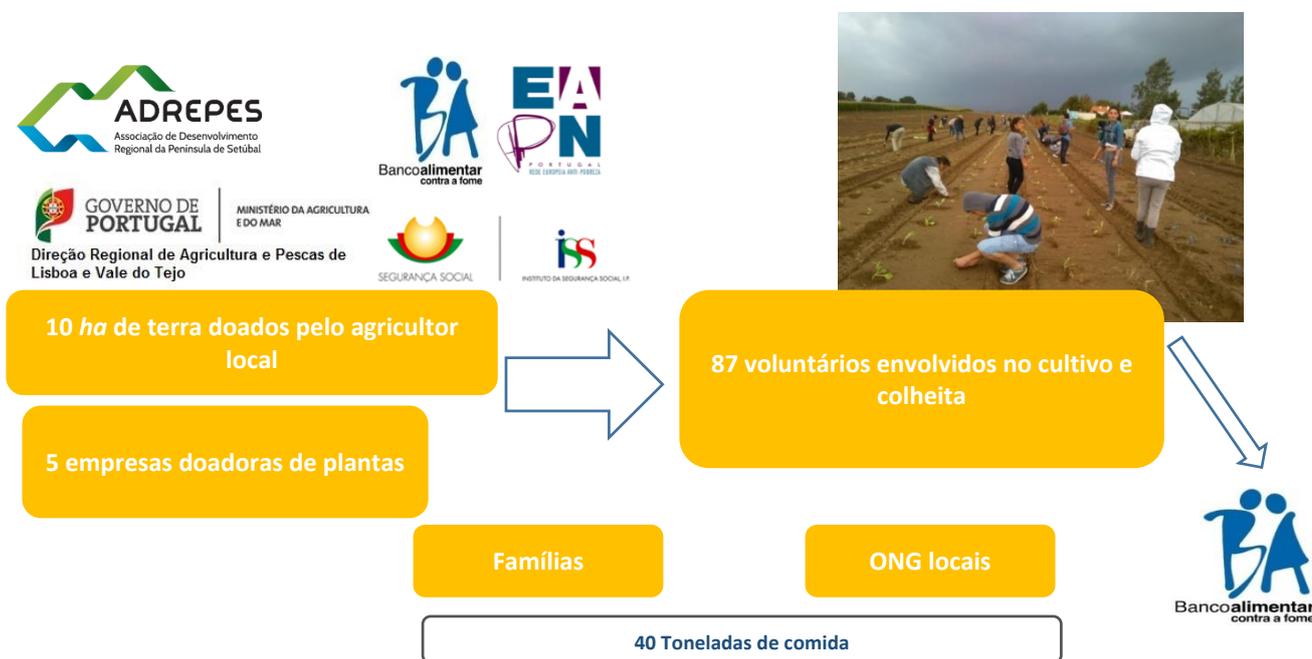
Os domínios de intervenção mais representativos são os seguintes: agricultura orgânica, comércio justo, estilos de vida sustentáveis e reciclagem²⁵. Estes domínios traduzem-se nos seguintes projetos:

- Três projetos desenvolvidos no âmbito da análise do diagnóstico local — refletir e implementar novas abordagens para melhorar as soluções existentes para as necessidades alimentares da região:
- [Da quinta para o Prato](#) — agricultores locais fornecem organizações sociais, escolas e restaurantes locais. Destaca-se o papel do coordenador e facilitador da ADREPES, em parceria com outros

²⁵ Informação retirada de entrevistas, *website*, Plano e Relatório Anuais de Atividades.

agentes locais: agricultores, entidades locais, municípios, empresas.

(Desenvolvimento Rural), PROMAR (desenvolvimento de atividades nas



- o Campanha Agrícola Solidária - com o objetivo de colher cerca de 40 toneladas de hortícolas que serão distribuídos às famílias mais carenciadas:

- Cabaz do Peixe — Pesca artesanal sustentável, em que pescadores locais vendem diretamente a consumidores locais (constituídos em pequenos grupos). O objetivo do processo é alargar os circuitos curtos para o setor da pesca. De acordo com a legislação portuguesa, há, neste caso, um intermediário no processo, a associação de pescadores.
- Apoio a iniciativas locais através de programas Europeus: PRODER

zonas costeiras e no setor da pesca) e POPH (desenvolvimento humano, capacitação).

- PROVE: O projecto teve início em 2004 no âmbito da iniciativa comunitária (IC) Equal (projeto experimental). Foi resultado da análise do diagnóstico local: território peri-urbano com agricultores a abandonar a agricultura, sobretudo por dificuldades em vender a produção. Em contrapartida, cada vez mais consumidores procuram produtos com qualidade e querem conhecer os seus produtores — “conheça o *seu* agricultor, conheça a qualidade da sua comida”. A solução foi envolver agentes locais — municípios, agricultores,

universidades e empresas responsáveis por marketing e distribuição — e criar uma proposta, uma metodologia, uma marca. O primeiro cabaz foi vendido em 2006.

Como é que o PROVE funciona?

Organizam-se

grupos

constituídos de

produtores que

são responsáveis

pela produção e

distribuição numa

determinada área

e que partilham

materiais (e.g. uma

carrinha e outros

recursos). Principais objetivos:

promover novas formas de circuitos

curtos entre pequenos produtores e

consumidores — ajudando os

produtores a vender a sua produção,

obtendo direta e imediatamente, um

preço justo pelo seu trabalho

(democracia sustentável); os

consumidores recebem produtos de

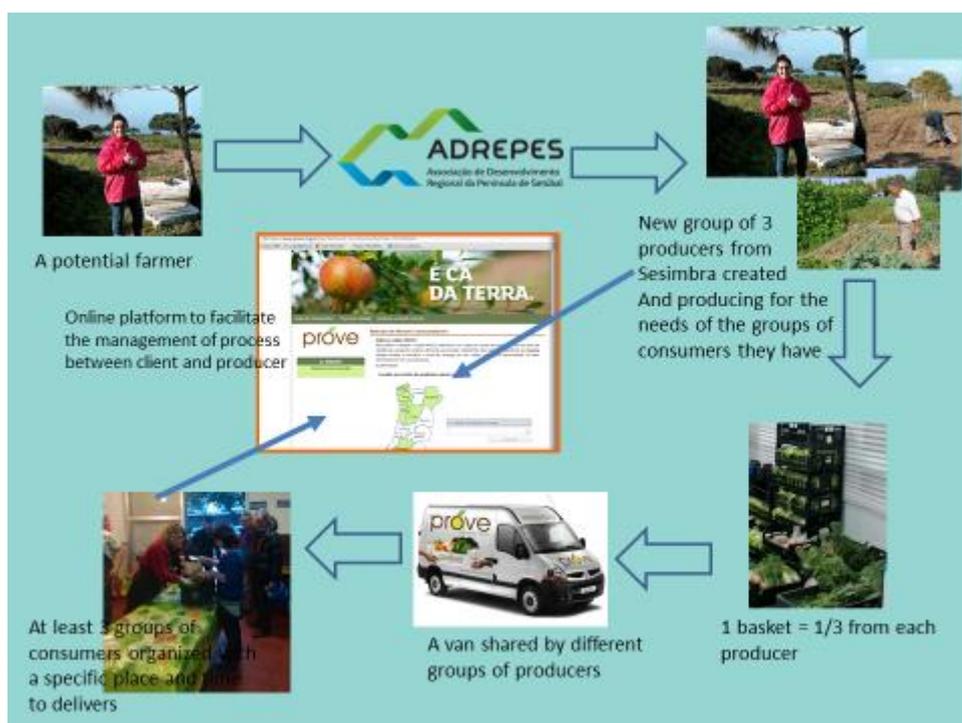
qualidade e têm contacto direto com os

produtores (consumidores mais

responsáveis com a comunidade e

envolvidos com os produtores locais).

O PROVE está a ser disseminado por todo o país desde 2009, através de uma metodologia muito simples e com o apoio de diferentes Associações de Desenvolvimento Local (ADL), que são



responsáveis pela coordenação dos produtores e consumidores locais.

- Projetos de Cooperação: países Europeus (diferentes projetos desenvolvidos) e cooperação com Cabo Verde (“Encurtar Distâncias”) no quadro do protocolo estabelecido entre o município de Palmela e o Município de Santo Antão. A ADREPES participou e promoveu a capacitação de técnicos locais para a compreensão sobre o PROVE e implementação de projetos territoriais, promovendo a utilização de recursos endógenos.

1.3) Modelo de gestão e envolvimento de atores

A visão da ADREPES é “ser uma referência como Agente de Desenvolvimento Local”, reconhecida pela “forte ligação com a comunidade e pelos bons resultados da sua intervenção”.

A ADREPES tem 24 membros, organizações públicas e privadas: municípios, entidades públicas como o Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa ([ERT-RL](#)), instituições públicas de ensino superior como o [Instituto Politécnico de Setúbal](#), um banco ([Grupo Crédito Agrícola](#), um banco nacional com uma abordagem local), bem como associações, cooperativas e outras ONG de diferentes áreas: agricultura, pesca, social, cultura e ambiente²⁶.

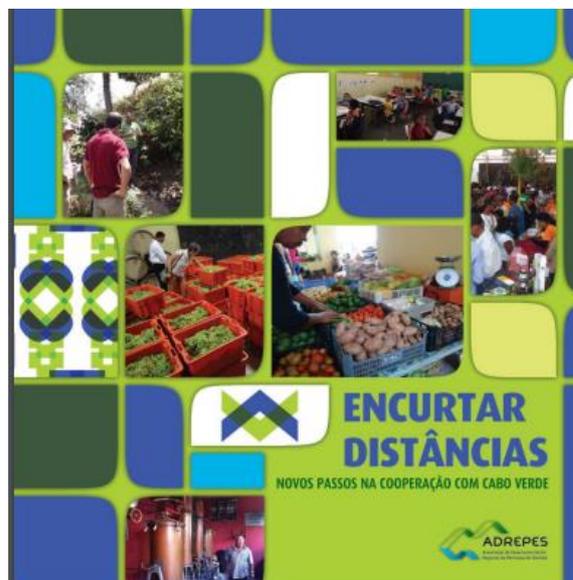
É um processo muito democrático e a vantagem é que todos têm conhecimento do



território (em termos de necessidades e de atores), bem como facilidade em promover um envolvimento efetivo de atores a diferentes níveis de decisão.

A ADREPES tem procurado expandir os associados coletivos, de forma a ser mais representativa dos interesses de toda a população e dos grupos de interesse de Setúbal.

O modelo de gestão da ADREPES é muito



flexível. Considerando o grande número de projetos desenvolvidos, o processo de decisão é breve. O processo de tomada de decisão está concentrado na coordenação. O processo é muito democrático e aberto, por causa da comunicação interna, de uma equipa *multitask* de diferentes áreas e que colabora há muito tempo na ADREPES, e ainda devido à partilha

²⁶ Artigo 5, Estatutos Legais.

de informação a todos os níveis da tomada de decisão²⁷.

Para alcançar a sua missão, a ADREPES experimenta e desenvolve, em quase todos os projetos, diferentes abordagens para envolver os atores locais e a população. Por exemplo, em agosto de 2015, a ADREPES, de forma a implementar Grupos de Acção Local, envolveu mais de 300 entidades regionais e locais a diferentes níveis, do diagnóstico à discussão sobre parcerias, território de intervenção e desafios prementes. Esta abordagem é uma forma de criar sentido de pertença e de partilha, desenvolvendo empatia, confiança e compromisso com o processo (abordagem: Desenvolvimento local baseado na comunidade).

1.4) Volume de negócios e criação de empregos/qualidade

Considerando as atividades internas da ADREPES:

- A Administração é constituída por representantes de diferentes organizações: 3 na Assembleia Geral, 5 na Direção e 3 no Conselho Fiscal. O Presidente é uma mulher (representando o Município de Palmela).

A taxa de representação de mulheres é de 9%;

- A equipa técnica é composta por 7 pessoas: a coordenação está a cargo de uma mulher, sendo que a restante equipa é constituída por 4 mulheres e 2 homens. O rácio de género é 71% de mulheres. A maior parte da equipa está na ADREPES há mais de 10 anos, por isso a rotatividade é baixa e tal é considerado elemento de valor acrescentado da organização;
- A Associação desenvolveu políticas específicas para equilibrar vida profissional e familiar, além de implementar igualdade salarial entre mulheres e homens;
- A equipa é *multitask* e de diferentes áreas académicas: 6 membros da equipa são altamente qualificados (3 pessoas possuem mestrado em áreas tão diversas como Educação, Engenharia Agrícola, Sociologia Rural e Geografia).

1.5) Externalidades sociais e ecológicas

A ADREPES visa promover o Desenvolvimento Sustentável da Península de Setúbal. A promoção e valorização dos recursos

²⁷ Informação referida por colaboradores e documentos internos.

endógenos implicam externalidades sociais e ecológicas.

A ADREPES apoia diferentes organizações e projetos locais, promovendo a criação de novos empregos, um espírito empreendedor e a recuperação da economia local. A ADREPES gere fundos estruturais, nomeadamente o PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural enquadrado no LEADER+) e o PROMAR (Programa Operacional Pesca).

De acordo com o Relatório Anual da ADREPES, estes programas contribuem para a criação de:

- 132 novos empregos no âmbito do PRODER (89 projetos, correspondendo a 12 milhões de euros), a maioria dos quais (68%) para pequenas empresas e 7% para os municípios (recuperação dos mercados para facilitar o contacto entre produtores e consumidores);
- 20 novos empregos no âmbito do PROMAR (20 projetos aprovados, correspondendo a 3,48 milhões de euros). Parte do financiamento (41%) foi atribuído aos municípios (recuperação do porto pesqueiro, etc.), mas também alocado a pequenas empresas e associações;
- FAME – micro-empréstimos para apoiar o empreendedorismo inclusivo: 8 novos negócios. A ADREPES centra a sua

atividade na produção local e em produtos biológicos ou sustentáveis, tais como o PROVE.

1.6) Comunicação e influência política

A comunicação é um tema central no que concerne ao envolvimento da comunidade local no seu próprio desenvolvimento. A ADREPES adota diferentes abordagens/instrumentos para promover a participação de pessoas e organizações (órgãos de comunicação locais, e-mail, redes sociais). A comunicação é muito clara e transparente.

Para promover um melhor conhecimento das atividades locais, a ADREPES desenvolve alguns eventos, tais como a *Mostra de Projetos*. O objetivo é fomentar o desenvolvimento de melhores projetos e fazer o acompanhamento dos mesmos como estratégia de fortalecer a cooperação entre todos os atores.

O projeto com maior visibilidade desenvolvido pelo ADREPES foi o PROVE. A comunicação deste projeto foi realmente importante, permitindo à Associação desenvolver uma marca do projeto. Esta marca é bastante reconhecida por todo o país, tendo mesmo maior notoriedade do que a própria ADREPES. O processo de criação de uma marca que possa ser usada por todos os produtores PROVE tem

tido enorme impacto nos consumidores. Um dos produtores, Telmo, considera que, “se em Bragança há uma reportagem televisiva sobre o PROVE local, todos os produtores ganham, porque um potencial consumidor teve conhecimento do projeto e consultou o *website* para perceber melhor como é que este funciona”.

No que concerne à influência política, o elemento mais forte está relacionado com o PROVE e a discussão no âmbito dos circuitos curtos; a promoção de novas atitudes entre os consumidores: consumo responsável mais integrado com os recursos locais; maior consciência dos consumidores para o impacto ecológico do que consomem e também para a importância do seu contributo para a economia local. A ADREPES — através desta marca, da sua disseminação e do envolvimento de atores relevantes como os municípios — foi a principal responsável pela introdução dos circuitos curtos de abastecimento alimentar na agenda política Portuguesa, que aconteceu, pela primeira vez, em junho de 2015. (<http://www.minhaterra.pt/wst/files/I12296-RESOLUCAOXARX65X2015.PDF>).

No âmbito da intervenção da Europe Direct, a ADREPES leva a cabo várias discussões sobre

importantes problemáticas sociais que afetam a região. Uma das mais recentes teve como tema “Agricultura Solidária e Alimentação Saudável – o papel das redes locais”.

1.7) *Networking*, afiliações e abertura da Boa Prática às redes existentes

A abordagem da ADREPES é baseada em redes, sendo que, na maioria dos seus projetos é reconhecida como uma organização cujo desenvolvimento está associado a diferentes redes.

A ADREPES é parceiro ativo das seguintes redes:

- A Minha Terra é uma organização privada sem fins lucrativos de interesse público. Foi estabelecida em 2000 por um grande grupo de Associações de Desenvolvimento Local – ADL (atualmente 53) e visa a implementação de soluções para o desenvolvimento de áreas rurais. A ADREPES é uma das suas afiliadas e parceira ativa, colaborando com o desenvolvimento de diferentes atividades²⁸;

²⁸ Informação extraída de *A Minha Terra* (reunida na 1ª fase do projeto).

- A Plataforma Supra-Concelhia da Península de Setúbal foi criada para facilitar a discussão das principais problemáticas sociais que afetam a região de Setúbal. Esta plataforma é dinamizada pela Segurança Social Regional e congrega todos os atores sociais de Setúbal. A ADREPES assume um papel central na plataforma desde 2014, sobretudo associado à discussão das temáticas do emprego e do empreendedorismo e às necessidades alimentares em Setúbal. Integrados nesta plataforma e como resultado da reflexão dos parceiros, foram criados dois projetos nos quais a ADREPES é a principal promotora: Quinta para o Prato e Campanha Agrícola Solidária²⁹;
- Conselhos Locais para a Ação Social (CLAS) — a ADREPES é um membro ativo dos CLAS de cada município da Península de Setúbal. Estes conselhos visam promover melhores redes locais e o Desenvolvimento integrado do território. Considerando os projetos que a ADREPES está a planear para o período 2014-2020, a Associação desempenhará um papel importante em alguns CLAS;
- [Rede Rural Nacional](#) — Esta Rede é uma estrutura que procura ligar agentes ativos no Desenvolvimento Rural que pretendam partilhar as suas experiências e conhecimentos, melhorar o seu desempenho e obter melhores resultados;
- Interface colaborativo para o Desenvolvimento e Inovação da Península de Setúbal ([IN2SET](#)) — Esta é uma rede promovida pelo [Instituto Politécnico de Setúbal](#) com o objetivo de refletir sobre Turismo, Inovação e Empreendedorismo, Economia Azul, Território e Ambiente, Envelhecimento Ativo e Qualidade de Vida;
- Redes relacionadas com o Parque Natural da Arrábida — Parque Natural com mais de 108 quilómetros quadrados, localizado na margem norte do estuário do rio Sado. As redes são compostas por grupos de trabalho para a promoção do turismo nesta área e por um Conselho Estratégico para discutir o Desenvolvimento integrado do parque;
- [Marca Natural.pt](#) — representa um produto integrado associado ao património natural nacional de exceção, assegurando a conservação dos valores

²⁹ Entrevista a Ana Vizinho (EAPN) e Relatório Anual 2014.

naturais e socioculturais das Áreas Protegidas. As entidades que pretendam juntar-se a esta rede são aprovadas por uma comissão, da qual a ADREPES é membro e também entidade responsável pela discussão e implementação de algumas atividades.

2. Avaliação da Boa Prática

2.1) O impacto e potencial económico e social da boa prática

Um dos impactos mais representativos da ação da ADREPES foi melhorar os recursos locais, bem como recuperar antigas atividades económicas com impacto nos territórios, tais como a agricultura e a pesca.

O papel da ADREPES e o seu impacto é reconhecido pelas organizações e atores ao longo da sua cadeia de valor, desde produtores a entidades regionais.

Para os produtores, “se o Ministério da Agricultura trabalhasse com a ADREPES, a agricultura estaria melhor. Às vezes, não é preciso dinheiro para que as coisas aconteçam.

Por vezes, precisamos apenas de apoio moral, respostas às nossas questões ou dificuldades”³⁰. De facto, “este é um projeto único no país, melhorando o setor agrícola, num tempo em que a pressão de outros mercados é muito alta, particularmente do mercado espanhol. Não é fácil e só funciona bem porque o projeto trabalha desta forma, (...) o produtor vai ter com o consumidor e vende-lhe o que ele precisa ao preço que ambos consideram justo”³¹. Acrescentam que “nós somos uma gota no oceano, mas criamos os nossos próprios empregos e ajudamos a criar outros (trabalhos legais pagando impostos). E isto é mais ou menos estável e o nosso crescimento é sustentável. E nós não somos o único caso, temos também o queijo e o vinho e o mel e as padarias. Tudo isto tem a mão da ADREPES”³².

A ADREPES facilita diferentes processos, promovendo o conceito de identidade local que envolve uma série de fases e pilares essenciais para incentivar as relações produtor-consumidor, mas também produtor-produtor. Estes processos são similares a uma economia de partilha: os produtores partilham materiais e trabalham em pequenos grupos para garantir preços justos para as suas necessidades de materiais e também para promover os produtos uns dos outros. Por exemplo, os

³⁰ Sónia Monteiro, produtora PROVE.

³¹ Telmo, produtor PROVE.

³² Sónia, produtora PROVE.

produtores vendem aos consumidores não apenas produtos agrícolas mas também outros bens provenientes de negócios locais. Desta forma, o impacto social e económico aumenta em diferentes níveis.

A recuperação da agricultura num território peri-urbano foi muito relevante. Tal teve um impacto imediato na criação de emprego, geração de rendimentos para as famílias, prevenção do desemprego. Os consumidores ganharam um novo compromisso com a sua comunidade, assim como consciência do impacto das suas ações, entre outros³³. “Podemos medir a dimensão económica, mas considerando que esta é a quarta linha dos fundos estruturais que gerimos, tal tem um impacto significativo porque estão a alocar recursos num território, promovendo recursos endógenos. Se a ADREPES não estivesse lá, provavelmente este tipo de apoio seria distribuído noutra território. Através destes fundos, a ADREPES promove herança social, cultural, ambiental, iniciativas locais, novas atividades económicas”³⁴.

O apoio a diferentes projetos com novas ideias para o território é muito pertinente. De outra forma, seria muito difícil estas atividades sobreviverem e consolidarem-se.

2.2) O impacto transformador dentro e fora do território

As secções anteriores refletem os principais impactos da ADREPES no território, nos últimos anos. A ADREPES possui as práticas internas para desenvolver projetos disruptivos e inovadores em termos de abordagem e tal pode ter impacto no território mas também a nível organizacional.

Projetos como o PROVE estão a ser replicados por todo o país, por diferentes organizações, contribuindo para o Desenvolvimento de territórios rurais, mas também para o desenvolvimento social e económico do país. O PROVE está ainda a ser disseminado no estrangeiro, diretamente através da ADREPES — cooperação com Cabo Verde, e também porque ONGD portuguesas (bem como ADL parceiras do PROVE), inspiradas pelo PROVE, estão a implementar projetos na área das cadeias de valor agregado. De acordo com entrevistas e também com informação institucional dos projetos, o impacto transformativo da ADREPES está relacionado com os seguintes aspetos: solidariedade local, disseminação simples, mudança de mentalidades, alteração de práticas agrícolas,

³³ Augusto Pólvora, Presidente do Município de Sesimbra.

³⁴ Lisete Jardim.

reconhecimento de competências e valorização de recursos endógenos.

Henrique Soares, da Direção da ADREPES, reconhece que o PROVE excedeu todas as expectativas em termos de cobertura e do reconhecimento que obteve em termos de transferibilidade. Segundo Henrique Soares, o “PROVE é um sinal de esperança na forma como as pessoas olham para as suas próprias vidas. Quando as pessoas acolhem um projeto como o PROVE é algo extraordinário, porque demonstra que as pessoas não só procuram um processo mais solidário, como também algo novo, pois estão cansadas e preocupadas com o papel da distribuição em Portugal. As pessoas entendem que projetos como o PROVE são importantes não só por causa da qualidade dos produtos, mas também porque se promove a sua identidade local, a vida das pessoas que vivem na porta ao lado. Elas também ganham em termos de solidariedade e isto pode ser um sinal de esperança de que as coisas mudarão em termos de comércio. Este projeto está também a fazer a diferença em relação às práticas agrícolas. Produção mais barata é importante para os produtores, porque mais pessoas têm acesso a comida, mas também devemos promover o equilíbrio. Pode ser tudo para os principais atores. As

pessoas deviam valorizar o seu nível de pertença”.

A transformação de mentalidades e uma maior consciência local foram partilhadas pela maioria dos atores, em particular na forma como as pessoas encaram o seu território, melhorando as parcerias e a abordagem comunitária. Podemos analisar estes impactos no PROVE, mas também noutros projetos como o “Quinta para o Prato” ou “Campanha Solidária”: o impacto daquele projeto verifica-se não apenas a nível local, como também no agricultor que cedeu o terreno, e o seu papel na comunidade, que nunca mais será a mesma³⁵.

2.3) Impacto da Boa Prática nas políticas

Henrique Soares considera que a Associação é como uma “voz da consciência coletiva mas também da Sociedade Civil, uma vez que os municípios fazem parte dos associados da ADREPES e todos os projetos têm impacto nas políticas”.

O projeto desenvolvido pela ADREPES com maior impacto a nível das políticas é o PROVE. Apesar de ter nascido nos municípios de Sesimbra e Palmela, este projeto foi disseminado por todo o país e tal representa um contributo fundamental para modificar

³⁵ Ana Vizinho, EAPN.

programas e políticas públicas, na medida em que os decisores políticos, a nível regional e nacional, têm assim melhor perceção do impacto concreto de alguns projetos nos consumidores, produtores e comunidades locais³⁶.

De facto, as políticas têm evoluído ao longo dos anos. Por vezes, a legislação não muda imediatamente, porém a forma como as entidades públicas apoiam a ADREPES e o tipo de atividades que esta desenvolve traduzem mudanças ao nível do discurso e no âmbito de implementação de alguns programas locais de resposta mais fácil às necessidades locais. Há alguns anos, os circuitos curtos não eram reconhecidos e estão, atualmente, na agenda nacional do Parlamento Português. Outra mudança está relacionada com os territórios: numa primeira fase, este era um problema enfrentado apenas a nível rural que, devido aos resultados do PROVE, passou a ser combatido também nos territórios peri-urbanos e urbanos como forma de promover um estilo de vida sustentável junto das comunidades³⁷.

Este argumento é partilhado por José Diogo, também da ADREPES, que refere que “se não somos capazes de influenciar as políticas públicas, pelo menos influenciamos os políticos

para a necessidade de alterar algumas políticas”. A ADREPES conduziu uma avaliação do PROVE. Com base nessa avaliação, a Associação elaborou um documento com recomendações de políticas com várias propostas sobre oportunidades no que concerne aos circuitos curtos. As consequências deste documento não são claras. Porém, pela primeira vez em Portugal, no âmbito do LEADER haverá uma medida específica para desenvolver circuitos curtos.

Também é de notar o impacto da intervenção da ADREPES na área social. Considerando a abordagem integrada da ADREPES, algumas políticas extravasam a dimensão social, sendo a campanha agrícola um excelente exemplo disso³⁸. Outro caso recente, o Cabaz do Mar, chama a atenção para os problemas relacionados com a legislação portuguesa. Apesar de estar ainda em fase embrionária, este projeto é já reconhecido como prática significativa a nível nacional. Este reconhecimento é mais uma demonstração da capacidade de advocacia da ADREPES para promover o Desenvolvimento endógeno e contribuir para implementar legislação que responda efetivamente às necessidades das pessoas³⁹.

³⁶ Augusto Pólvora, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra.

³⁷ Ana Vizinho, EAPN.

³⁸ Ana Vizinho, EAPN.

³⁹ Augusto Pólvora, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra.

2.4) Sustentabilidade da Boa Prática

A sustentabilidade da ADREPES está sobretudo relacionada com a forma como os projetos e os programas são implementados. A maioria dos entrevistados mencionou os seguintes fatores como fundamentais para a sustentabilidade da organização:

- Parcerias fortes — quase todos os projetos são desenvolvidos em grandes consórcios. Por exemplo, no caso do PROVE, a ADREPES foi a coordenadora, mas o projeto envolveu os municípios, empresas com experiência nos setores da distribuição e do comércio, outras ONG, a Federação Minha Terra. O projeto contou também com algumas redes informais que foram muito relevantes na fase de implementação;
- Projetos concebidos a partir de abordagem bottom-up, respondendo a necessidades reais, claramente identificadas em diagnósticos participativos e tendo em consideração os grupos-alvo. A ADREPES torna os fundos estruturais acessíveis a pequenos atores, nomeadamente produtores, associações locais ou

pescadores. A ADREPES procura sempre promover um acesso democrático para todos, evitando, assim, que apenas os grupos com maior acesso a informação consigam aproveitar estas oportunidades⁴⁰;

- Valorização dos recursos endógenos: além do PROVE e do Cabaz do Peixe, a ADREPES apoia algumas iniciativas inovadoras, impulsionando setores tradicionais da economia local. Desta forma, estas atividades adquirem algum reconhecimento e sucesso. Em alguns casos, estes são projetos em fase de consolidação, noutros têm perspetiva de criação de emprego⁴¹;
- Principal papel da ADREPES numa fase inicial (projetos experimentais em pequena escala):
 - o Capacitação e apoio no contexto local (produtores, ONG locais);
 - o Metodologias simples, validadas, de forma a promover a disseminação dos projetos através de outras ADL ou ONG. O PROVE teve início em 2004 com a metodologia desenhada, mas foram necessários dois anos

⁴⁰ Augusto Pólvora, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra.

⁴¹ Augusto Pólvora, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra.

para implementar e testar o processo. O primeiro cabaz foi distribuído no dia 24 de junho de 2006 — este grupo de consumidores e produtores têm, pois, cooperado juntos há quase 10 anos. Toda a metodologia foi criada com base na lógica ação-investigação-ação com diferentes fases de validação. A primeira fase do PROVE decorreu no quadro do Equal IC. Após esta abordagem experimental, a ADREPES começou a disseminação. A ADREPES criou uma metodologia muito simples: “Temos de encontrar num determinado território uma associação similar à ADREPES. Todos partilhamos o *know-how* (manuais, estratégias, principais constrangimentos, trabalho com os produtores) e a marca do PROVE. Desta forma, a organização tem todo o conhecimento e a capacidade para envolver os atores-chave no território e, assim, implementar o PROVE”⁴².

2.5) Espaço participativo aberto ao território

A ADREPES visa promover o Desenvolvimento integrado, através da participação e intervenção baseada no contexto, envolvendo diferentes atores. A ADREPES desenvolve diferentes atividades e eventos de partilha de experiências, adquirindo, assim, conhecimento profundo do território. De facto, uma abordagem centrada no local encoraja a participação e a iniciativa entre atores locais.

Tal é reconhecido por diferentes atores como o valor acrescentado desta organização:

Lisete Jardim, Diretora Regional da Agricultura e Pesca da região de Lisboa, afirma que “a ADREPES está a realizar um excelente trabalho no que diz respeito a dinâmicas locais, envolvendo agentes locais na reflexão sobre os territórios. O primeiro princípio é a parceria entre os diferentes atores, a capacidade para os sentar na mesma mesa, encontrando soluções novas comuns para problemas locais (...) diferentes atores significa toda a gente de um território, desde o município ou do

⁴² José Diogo, funcionário da ADREPES.

departamento regional até ao pequeno produtor”.

Como referido na secção 1.3., a maioria dos projetos desenvolvidos pela ADREPES começou com um diagnóstico participativo e com a definição das necessidades locais, a que se seguiu uma validação alargada das propostas. O PROVE é um processo participativo e a ADREPES pretende aprofundá-lo na fase seguinte. De facto, a Associação está a tentar implementar um modelo de certificação participativa, envolvendo mais consumidores e também produtores. Tal implica a definição de indicadores e regras que possam ser aceites por todos, contribuindo para a consolidação do processo⁴³.

Recentemente, a ADREPES, em parceria com a Direção Regional de Agricultura e Pesca, promoveu um encontro com bio agricultores para uma reflexão sobre problemas comuns, necessidades e tentar implementar soluções para promover a auto-organização. Um dos problemas mais relevantes estava relacionado com a capacidade para comprar alguns bens a um preço competitivo. A solução proposta foi organizar a compra de um centro. Desta forma, o agricultor consegue ser mais competitivo e eficiente.

3. O que podemos aprender com esta Boa Prática?

Atendendo aos resultados das entrevistas bem como à investigação realizada às atividades desenvolvidas pela ADREPES, podem ser claramente identificados os maiores contributos desta prática, quer a nível nacional, quer internacional:

- “Enraizamento na comunidade” – Abordagem *bottom-up*

Profundo reconhecimento da realidade local/regional assente em diagnósticos participados em que há um real envolvimento de vários atores-chave (públicos e privados e também dos beneficiários diretos das ações);

- Promoção dos recursos endógenos locais, tendo em conta também a história dos territórios onde desenvolvem a sua atividade, recuperando saberes, contribuindo para a recuperação de espécies, permitindo a troca de conhecimentos intergeracionais (no caso do PROVE, este processo é bem evidente com o apoio entre produtores);
- Valorização da agricultura em territórios peri-urbanos, contribuindo para a sustentabilidade de famílias e territórios através da criação de novo emprego, de empregos de maior qualidade (com um

⁴³ José Diogo, colaborador da ADREPES.

rendimento mais justo para os produtores), práticas de agricultura mais sustentáveis através da utilização de técnicas mais artesanais e de maior respeito pela natureza;

- Contribuição para um Desenvolvimento mais sustentável, não só pela promoção dos recursos endógenos mas também pelo respeito pela natureza nos projetos que desenvolve, nomeadamente o PROVE e o Cabaz do Mar, onde as questões como a proteção de determinadas espécies, recuperação da produção de espécies autóctones e novos hábitos de consumo procuram ser incutidos;
- Aposta na sustentabilidade dos processos e projetos visíveis na forma como são desenvolvidos e implementadas as intervenções:
 - o Os projetos são promovidos em parceria. Numa fase inicial pode haver um papel mais ativo da ADREPES (especialmente no caso dos projetos experimentais com uma pequena escala) mas, no longo prazo, esse papel é progressivamente reduzido;
 - o Os projetos apresentam uma fase de experimentação mais alongada que permite o teste do

processo e a validação do mesmo;

- o A aposta na capacitação em contexto de atores locais e beneficiários diretos contribuiu para a auto-sustentabilidade das diferentes ações;
- o A simplicidade das metodologias facilita a disseminação dos processos dentro do território e também noutros territórios;
- o A dinamização económica de territórios, alavancando pequenos negócios e estimulando o aparecimento de outros, através de um maior conhecimento dos atores económicos locais e da facilitação da interação entre produtores e consumidores de um mesmo território.
- Promoção de um consumo mais responsável, mais comprometido com os recursos locais e com consumidores mais conscientes dos impactos ecológicos das suas ações;
- Impacto da boa prática em termos de política pública, influenciando novos programas e medidas (tendo em conta os resultados alcançados pelos projetos desenvolvidos), mas também o discurso

político local, facilitando uma reflexão alargada sobre a recuperação de recursos endógenos e o trabalho de proximidade entre os diferentes atores públicos e privados.

4. História Individual ⁴⁴

A história partilhada no presente relatório enquadra-se no Projeto PROVE, tendo em conta o seu contributo para a ESS regional e nacional e também para o Desenvolvimento Sustentável de vários territórios onde esta prática foi disseminada.

A história do Projeto em pequenos passos: a ADREPES e algumas entidades locais da região identificaram no território um problema relacionado com a comercialização de produtos de pequenos agricultores locais, especialmente proveniente de agricultura familiar.

De um lado, tinham os agricultores habilitados a produzir bens hortícolas de elevada qualidade mas com múltiplos desafios no que respeitava à venda direta dos seus produtos, quer no acesso a consumidores, quer na obtenção e um preço justo pelo seu trabalho. Do outro lado, numa região de proximidade, tinham grandes mercados de consumidores

(Almada, Seixal, Barreiro, Setúbal, Lisboa) que pretendiam ter acesso a bons produtos a um preço justo. Numa fase embrionária, a ADREPES começou a trabalhar com os pequenos agricultores, com campanhas de sensibilização mostrando o valor acrescentado de um trabalho conjunto entre pequenos agricultores com vista a implementar um sistema de cabazes (para um agricultor, a produção de cabazes podia ser complicada mas, em conjunto com outros, tornava-se mais fácil garantir a qualidade e a quantidade necessária para a venda de cabazes). Outro fator que a ADREPES teve em atenção foi o preço, que deveria ser justo, quer para o



agricultor, quer para o consumidor, através da eliminação dos distribuidores. O PROVE afirma-se, essencialmente, como uma metodologia de promoção dos circuitos curtos como meio de facilitar a venda e rendimento adequado de pequenos produtores locais⁴⁵.

⁴⁴ Entrevista na íntegra gravada em vídeo e transcrita no âmbito da presente investigação.

⁴⁵ Entrevista a José Diogo e informação institucional do projeto PROVE.

Foi possível recolher uma avaliação qualitativa em relação ao impacto do PROVE junto de dois produtores PROVE de Sesimbra: o Telmo e a Sónia.



O Telmo tem 41 anos e era engenheiro informático. Trabalhou em diferentes empresas como a IBM, PT, focando a sua atividade nos serviços de bases de dados. Durante um ano trabalhou no estrangeiro, mas não se revia naquela forma de vida, longe da sua família. O regresso a Portugal implicava encontrar uma solução profissional.

A Sónia tem 38 anos e é psicóloga/formadora com trabalhos essencialmente temporários. Ela também pretendia mudar a sua vida e trabalho, porque a gestão da incerteza profissional com dois filhos pequenos era complicada de gerir.

Este casal decidiu procurar por novas oportunidades. Como gostavam os dois da área agrícola, decidiram fazer uma pesquisa sobre projetos na região de Lisboa. Através desta pesquisa encontraram o PROVE. No início

foram convidados a visitar outras quintas, a falar com diferentes agricultores, partilhar experiências, perceber melhor como arrancar com uma atividade na agricultura. A visita a uma dessas explorações foi fundamental na sua tomada de decisão de arranque com o projeto. A principal razão que levou a Sónia e o Telmo a aderirem ao Projeto prendeu-se com o facto de estarem integrados numa rede, num Projeto com uma marca forte e que toda a sua produção seria vendida a um preço justo. Atendendo à sua condição de vida, estes fatores foram muito importantes, especialmente porque não poderiam assumir um risco pessoal grande com um novo negócio. Com o apoio da equipa da ADREPES e também da Câmara de Sesimbra começaram a pôr as suas ideias em prática. Na entrevista, o Telmo referiu que “o PROVE e a ADREPES fizeram toda a diferença neste Projeto, uma vez que, só por nós, nunca teríamos a capacidade de criar um negócio sustentável. (...) O apoio que a ADREPES dá aos produtores não é financeiro mas a disponibilidade dos técnicos para explicarem tudo, para darem apoio moral, respeitando os tempos e as necessidades” (Sónia).

E também permitem o acesso a instrumentos muito simples mas fundamentais para a atividade, como a plataforma web (www.prove.com), que não só facilita a

interação entre produtores e consumidores mas também a gestão da atividade dos produtores (programa de faturação, composição dos cabazes e o valor real de cada cabaz). Os produtores partilham também uma carrinha e cada produtor é responsável pelas entregas semanais em locais específicos. Cada cabaz é composto pela produção de três agricultores. “Caso não tenha um produto numa determinada semana não estou preocupado porque haverá outro produtor que conseguirá assegurar” (Telmo). Algumas das necessidades de equipamento ou sementes a compra podem ser asseguradas através de compra partilhada com vista a obterem um preço mais competitivo.

Depois de integrarem o PROVE, o Telmo e a Sónia, em conjunto com mais dois produtores, criaram um novo núcleo de consumidores e encontraram espaços de distribuição em Lisboa (Alvalade, freguesia de Lisboa, foi o primeiro local de distribuição e, neste momento, encontram-se em mais dois espaços).

Desde a primeira vez que contactaram a ADREPES até à produção do primeiro cabaz passou um ano. Para arrendar a exploração agrícola contaram apenas com investimento próprio: poupanças e empréstimos familiares. Com o PROVE conseguiram criar os seus próprios postos de trabalho e desde o ano

passado mais um. Pontualmente beneficiam da ajuda de outras pessoas.

Todas as terças fazem a entrega de cabazes no Centro Comunitário de [Linda-a-Velha](#) (Freguesia de Oeiras). Neste núcleo são distribuídos 100 cabazes semanalmente.



“Estamos mais próximos dos produtores, consumimos produtos da época e não aqueles que nos chegam do



outro lado do mundo.

Durante a investigação foram realizadas entrevistas a consumidores do núcleo de Linda-a-Velha. Destacam-se abaixo os principais impactos do projeto junto de um dos grupos beneficiários do projeto:

E esta é a aventura de consumir produtos nossos, mais locais”.

“Estamos mais perto dos agricultores, os produtos são mais frescos (...) quase diretamente da quinta para a nossa casa, sem montes de intermediários”.



“Os produtos têm maior qualidade, sabemos o que estamos a dar às crianças. O preço é justo. E, mais importante, conhecemos os produtores, vemos as fotografias das quintas, das coisas que comemos no Facebook. No

nosso caso, queremos envolver as crianças neste processo, para eles saberem que a fruta é de uma quinta e não do supermercado”.

“Os produtos são frescos e nós desenvolvemos uma relação com os agricultores, eles conhecem-nos, conhecem as nossas necessidades e ajustam o cabaz, estão abertos a novas propostas, abrem as suas quintas às escolas e às famílias de consumidores. É uma relação mais empática”.

Graças ao PROVE, a Sónia e o Telmo criaram o seu próprio emprego, o PROVE foi a solução

para a sua situação profissional, permitindo manter-se em Portugal. Além disso, trabalham numa área que os apaixona, com todos os desafios que a agricultura representa, mas tentando servir da melhor forma os seus clientes. Estes dois produtores pretendem crescer de uma forma sustentável, aumentando a sua produção, tendo novos produtos (como por exemplo, um pequeno pomar), uma certificação biológica e continuar a manter uma boa relação com os seus clientes.

INFORMAÇÃO ADICIONAL

MAPA DE STAKEHOLDERS INICIAL PARA IDENTIFICAÇÃO DA BOA PRÁTICA

	LOW POWER	HIGH POWER
HIGH PROFILE	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania e Território • ISCTE • ANIMAR • EAPN • Observatório de Lisboa • UCP – ES • Universidade de Évora 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Intermunicipal • FCG • Plataforma ONGD
LOW PROFILE	<ul style="list-style-type: none"> • CIMAC • Fundação EDP 	<ul style="list-style-type: none"> • UCCLA • CASES • Camões IP • CCDR–A • Seg. Social – CPD • CCDRLVT



pt.solidarityeconomy.eu/